

## O PROBLEMA DA UNIDADE NACIONAL

LUCAS LOPES

*A unidade nacional foi corroborada pelo fator geográfico e a identidade de língua e religião. Tais fatores, porém, por si mesmos, não a explicam cabalmente. Não foram suficientes, por exemplo, para garantir a unidade da América Espanhola. No Brasil, houve uma intenção primordial de unidade, que inspirou a Colônia, o Estado Unitário imperial e a Federação da República. Observam-se, entretanto, em nossa evolução, violentas oscilações entre os dois pólos do centralismo e da descentralização, oscilações que podem levar ao risco do separatismo, no dia em que sofrermos a ação conjunta de quatro fatores: crise econômica, consciência de desequilíbrios regionais crescentes, presença do "demagogo feliz", e eventual interesse separatista de potências ou ideologias estrangeiras.*

QUANDO há alguns anos escrevi um trabalho sôbre a mudança da Capital Federal, preocupou-me analisar as influências que êste ato, de enorme significação política, pudesse eventualmente exercer sôbre o problema maior da Unidade Nacional. Hoje revejo a análise que fiz, para completá-la com as observações que me ocorrem depois de ter ocupado excelentes pontos de observação da atualidade nacional.

Aceito o Estado como uma realidade necessária, como forma superior de organização social de uma coletividade,

que aspira a uma vida ordenada e um máximo de felicidade geral, compreende-se que sua permanência, a sobrevivência de sua estrutura básica seja um motivo dominante, uma finalidade primária de sua própria existência. Perdurar, no tempo e no espaço, é a razão de ser inicial do Estado. Êle subsiste integralmente, quando permanecem íntegros os elementos naturais e sociais que o formam. Um território, uma Nação e um Governo independente e livre de qualquer outra autoridade, dão ao Estado o seu caráter de Unidade e de soberania.

A permanência do Estado depende de sua capacidade de resistência a forças externas que possam ameaçar o seu território, tentando ocupá-lo no todo ou em parte. Dependerá também da capacidade de resistência de seu governo a pressões internacionais, que possam cercear sua independência, sua autonomia.

O estudo dessas duas formas de afirmação devida do Estado, não é tema destas notas. Aqui desejamos estudar as forças que, agindo internamente, podem contribuir para a dissolução do Estado, inspiradas ou não por fações ideológicas, Estados ou grupos políticos estrangeiros; são as forças de desagregação que procuram anular a Unidade Nacional.

Naturalmente as forças centrípetas e separatistas existem com intensidade potencial ou atual, na proporção da extensão do território que ocupa o Estado. Serão tanto maiores quando mais extenso fôr o espaço geográfico abrangido por tal território. Esta é uma primeira constatação de interesse fundamental para o Brasil. A enormidade de nossa pátria encerra uma premissa básica de separatismo: é divisível em grandes proporções, em espaços geográficos capazes de suportar novos Estados.

Sòmente a observação de outros fatos poderá dizer-nos se esta potencialidade de secessão se expressa também em termos de tendências históricas, de aspirações regionais justas, ou de impulsos inconscientes de grupos sociais diferenciados.

O fenômeno da Unidade Nacional precisa ser analisado em sua evolução histórica para que possamos compreendê-lo

em tôda a sua profundidade. Desde já, porém, podemos arriscar uma observação, de interêsse incontestável. Se no passado as fôrças de desagregação foram anuladas por vínculos de unidade mais fortes, com o encurtar das distâncias que se verificou, em conseqüência de conquistas científicas aplicadas ao processo de intercomunicação humana, novas e mais intensas fôrças de união, maior e mais estreita interdependência regional, consolidam laços de aproximação e fortalecem a Unidade Nacional.

A tendência universal de unificação, que cada vez se torna mais forte, com os progressos tecnológicos verificados no campo dos transportes, da telecomunicação, e da divisão internacional do trabalho, parece ser atualmente uma constante na política do mundo. O Poder Político no campo internacional é hoje condicionado ao poder de espaço geográfico. Enquanto a humanidade não consegue vislumbrar a aurora de um mundo unificado, luta pela integração de Estados de proporções continentais, ou procura formar blocos de unidades regionais capazes de unificar ou associar esforços em busca de maior segurança ou maior desenvolvimento coletivo. Essa tendência perdurará porquanto resulta da aproximação real dos homens em têrmos de contatos sociais e interdependências econômicas.

O regionalismo, que tinha como objetivo o separatismo, torna-se a cada instante menos forte em seu valor emocional, em sua fôrça de desagregação.

O progresso da técnica tornou mais eficientes os governos centrais, aumentou a sua ação de presença em todos os pontos do território, assim como permitiu maior influência política dos setores regionais distantes na formação e na atuação dos governos nacionais.

VICENTE LICÍNIO CARDOSO, ressaltando o papel histórico do rio São Francisco como "condensador de gentes" e "laço cósmico de ligação fundamental", lembra que o caráter precário da navegação a vela ao longo do litoral brasileiro não teria sido suficiente para anular os "imperativos caracterizadamente centrífugos oferecidos pelo litoral"; sem aquêle rio, sem aquela "estrada natural interior que conduzia caravanas anônimas", teria sido impossível man-

ter a unidade nacional. Mas tarde, com o progresso da navegação a vapor, perdeu o São Francisco grande parte de sua função de "caminho andante" e de "coluna magna da nossa unidade política".

Com a redução gradativa do custo e do tempo dos transportes, operou-se aquela regressão das distâncias que tornou vizinhas regiões antes afastadas, que reduziu em pouco mais de um século a distância de Cuiabá ao Rio, de 150 dias para algumas horas.

Todos os historiadores que discutem o tema da surpreendente unidade da América Portuguesa, através de uma história cheia de percalços e choques desagregadores, comparam-na com o destino oposto da América Espanhola, marcada por irremediável dispersão e fragmentação de núcleos nacionais.

É irrecusável que a geografia, a influência nítida de pesadas "barreiras" e "isoladores" humanos, nas cordilheiras e nos litorais abruptos, nos desertos e nas selvas impenetráveis, criou e justificou a tendência separatista e regionalista da América Espanhola.

Na América Portuguesa, apesar de "motivos" geográficos semelhantes, talvez menos intensos e permanentes, foi possível a criação de um forte espírito unitário e a conservação, através da história, de um sentimento arraigado de unidade nacional.

Para OLIVEIRA VIANA, equivocam-se os que buscam na tradição do período colonial, representada pela identidade da língua, da religião e da formação racial, a explicação da nossa unidade nacional.

"Certo, quando proclamamos a nossa independência do norte ao sul, os grupos étnicos, que formavam a subestrutura de nossa população, eram os mesmos; o credo religioso era o mesmo; a língua era a mesma, desde as fronteiras do Rio Grande até os confins da Amazônia. Mas êste fundo comum de idéias e sentimentos, por si só, não bastaria para assegurar a unidade da pátria nascente, como não bastou para assegurar a unidade da América Espanhola, fragmentada, apesar dêle, em várias nacionalidades."

“O fenômeno da unidade da América Portuguesa não pode, pois, ser explicado por esta identidade de língua, religião e formação racional. Nossa unidade não é obra de fatores inconscientes de programa, conscientemente deliberado e executado; é uma obra de elites esclarecidas — e nada mais. Foram os patriarcas fundadores, que realizaram a nossa independência em 1822, que nos deram, com a sua preocupação de fundar nestas terras da América um grande império, este ideal de unidade.”

Desde 1577, quando aboliu a dualidade de governos no Brasil, a côrte de Lisboa pensava que não seria “prudente cálculo político em relação ao futuro quebrar em duas posições um todo único e homogêneo”.

Já ao abolir as Capitânicas hereditárias, a idéia de unificação da América Portuguesa, que surgira como solução necessária, ante o fracasso do parcelamento tentado, trazia como principal justificativa o fortalecimento do conjunto, em defesa das partes.

Em numerosos episódios de nossa história realça-se a idéia de unidade nacional como invariante das aspirações em jôgo. O espírito de aventura das bandeiras, o alargamento contínuo dos sertões, a multiplicação dos currais, a mobilidade surpreendente de uma população ainda escassa, bracejaram nos primeiros séculos migrações internas numerosas e profundas. Ciclos sucessivos de fastígio econômico, do açúcar, do ouro, dos diamantes, do café, do cacau, da borracha, atraíram correntes internas de emigrantes, daqui para ali, contribuindo para aumentar a mobilidade das gentes e a fusão contínua dos tipos, tradições, crenças e aspirações regionais num único estalão de idealismo nacional.

O pensamento político unificador dos patriarcas da Independência e do Império encontrava larga base de impulsos inconscientes em favor da unidade nacional, e pôde combater e vencer os movimentos de dispersão, que se ensaiaram como conseqüências da disposição ganglionar dos grupos provinciais, na extensão de um enorme deserto demográfico.

Foi uma tarefa ingente realizada pelos estadistas da independência, vencida “a golpes de gênio político”. Construíram êles um sistema poderoso e complexo de meios uni-

ficadores. "Primeiro: a unidade política pela fundação do império e a instituição do regime monárquico. Depois: a unidade do direito; a unidade da justiça; a unidade do ensino, principalmente do ensino superior, e a concentração dos centros universitários; a unidade de organização militar; e, por fim, a unidade partidária pela formação de partidos nacionais" (OLIVEIRA VIANA).

Mas, apesar da unidade de língua, de religião e de raça, o grande esforço unificador do império não seria suficiente para eliminar completamente os germes de separatismo, que permaneceram latentes, provocando pruridos de secessão, exacerbando regionalismos, sugerindo ensaios de soberanias provinciais, hipersensíveis e desagregadoras.

Ao longo de uma evolução tumultuosa, os ideais republicanos e democráticos que adotamos têm permitido perigoso movimento pendular, entre tendências extremas de centralismo e descentralização. Ambos apresentam no Brasil vantagens e inconvenientes. Quando se alonga uma época de centralização excessiva, destacam-se e se agravam as suas desvantagens, provocando ardentes reivindicações descentralizadoras. Conseguidas estas, sobressaem os erros e perigos do centrifugismo que encerram, despertando enérgicos movimentos de unificação. O gênio político do povo brasileiro tem à sua frente, ainda, o problema de encontrar a justa posição entre êsses dois extremos.

A forma federativa de organização política do Brasil encerra fermentos de separatismo que, em certos momentos de crise, chegam a ameaçar os laços fortes de unidade nacional. Apresenta, entretanto, vantagens de tanta monta para a eficiência da administração pública e atende tão bem às tendências regionais da vida política, que se tem impôsto, renovadamente, sempre que o país decide de seus destinos no âmbito das representações parlamentares.

Um ponto crítico do regime federativo reside no choque de duas tendências e duas concepções de eficiência da ação governamental. A primeira defende a premissa de que o máximo de eficiência governamental existirá, quando a administração agir dentro de planos nacionais, que se concebiam considerando o país como um todo e dando prio-

ridade a esta ou aquela obra pública, de acôrdo com o seu grau de interêsse nacional.

A segunda imagina a ação governamental orientada no sentido de dar a cada unidade federada o máximo de liberdade de planejamento e de ação; a eficiência do conjunto deve resultar da soma, da justaposição, de resultados obtidos na órbita provincial. A primeira pleiteia a concentração de recursos financeiros nas mãos da União, que os empregará nas bases de um Plano Político Nacional; a segunda bate-se pela distribuição de recursos às províncias, que os empregará de acôrdo com os seus interêsses imediatos.

Esta última tendência se expressa no campo político de forma tumultuária; sugere oposições regionais; fomenta a formação de blocos provinciais e renova, em cada período de lutas políticas, os mais perigosos sentimentos de desunião e as mais fundas mágoas.

Evolve então a antinomia para a oposição entre regiões ou para o choque entre grandes e pequenos Estados.

Aventa-se a solução de nova divisão territorial, chega-se a falar em confederação ou separação.

Podemos dizer ainda hoje, como ALBERTO TÔRRES, que o PROBLEMA DA UNIDADE NACIONAL SE APRESENTA COMO A QUESTÃO CULMINANTE DO NOSSO FUTURO.

A obra dos Patriarcas Fundadores correrá riscos quando surgirem grandes aventureiros ou Demagogos Felizes, especialmente nas regiões periféricas do maciço territorial que é o Brasil.

É certo que o nosso país terá sempre regiões mais ou menos desenvolvidas, conforme a maior ou menor riqueza de recursos naturais e de fatores geográficos e históricos de progresso. É certo que os ciclos de nossa evolução econômica poderão reservar maiores dificuldades para uma do que para outras regiões, num momento de depressão ou crise.

O risco que corre nossa unidade estará na possibilidade de se aproveitar um Demagogo Feliz de um momento de crise econômica nacional, para buscar no separatismo a panacéia capaz de empolgar massas sofredoras e elites conturbadas.

O comunismo sempre usou os fermentos de disputas regionais como elemento de enfraquecimento da Nação. Não creio que conste de seus planos de assalto ao poder a estratégia de implantação do regime soviético em um ou alguns Estados, como primeira fase do domínio total do país. É certo, entretanto, que o Demagogo Feliz terá o apoio dos comunistas em sua aventura separatista se, num momento de infelicidade, enfraquecerem de tal forma os nossos estadistas que se tornem sombras, apenas, dos Patriarcas Fundadores.